

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.808.571 - SP (2019/0101263-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**RECORRENTE** : ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO  
**ADVOGADOS** : IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR - DF011555  
MÁRCIO KAYATT E OUTRO(S) - SP112130  
**RECORRIDO** : UNIÃO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, apresentado por ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, com fulcro no art. 105, inciso III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, a parte recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao subscritor do recurso especial, Dr. Márcio Kayatt.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de maio de 2019.

**MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

Presidente